



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE INFORMAÇÃO E SAÚDE DIGITAL
DEPARTAMENTO DE SAÚDE DIGITAL E INOVAÇÃO

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2024
COMITÊ GESTOR DE SAÚDE DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO	
Data: 17 de janeiro de 2024	Horário: 14h00 às 17h00
Local: Sala de reuniões da SEIDIGI e online	
Coordenador do CGSD: Cleinaldo de Almeida Costa (DESD/SEIDIGI/MS)	
Secretária Executiva: Raquel Adjafre – Departamento de Saúde Digital e Inovação (DESD/SEIDIGI/MS)	

PARTICIPANTES		
MEMBROS TITULARES E SUPLENTES	ÓRGÃO	PRESENÇA/AUSÊNCIA
1. Ana Estela Haddad	Secretária SEIDIGI	Presente
2. Cleinaldo de Almeida Costa (Titular)	Coordenação	Presente
3. David Xavier da Silva (1º Suplente)		Ausente
4. Silvana Gomes Benzecry (2º Suplente)		Presente
5. Rodrigo André Cuevas Gaete (Titular)	SAPS	Presente
6. José Eudes Barroso Vieira (Suplente)		Ausente
7. Daiane Ellwanger Araújo (Titular)	SAES	Presente
8. Renata Bergamaschi (Suplente)		Presente
9. Iris Renata Vinha (Suplente)		Ausente
10. Bruno Fernandes Baltazar de Oliveira (Titular)	SECTICS	Presente
11. Ávila Teixeira Vidal (Suplente)		Presente
12. Leticia de Oliveira Cardoso (Titular)	SVSA	Ausente
13. Marli Souza Rocha (Suplente)		Presente
14. Giovana Cruz Mandulão (Titular)	SESAI	Presente
15. Carmem Pankararu (Suplente)		Ausente
16. Laise Rezende Andrade (Titular)	SGETS	Ausente
17. Renata Maria de Oliveira Costa (Suplente)		Presente
18. Jorge Carvalho de Oliveira (Titular)	ANVISA	Ausente
19. Nélio Aquino (1º Suplente)		Ausente
20. Artur Iuri Alves de Sousa (2º Suplente)		Presente
21. Celina Maria Ferro de Oliveira (Titular)	ANS	Presente
22. Fernando Luiz Peixoto Guimarães (Suplente)		Presente
23. Nereu Henrique Mansano (Titular)	CONASS	Presente
24. Felipe Ferré (Suplente)		Presente
25. Michael Luiz Diana de Oliveira	CONASEMS	Presente
26. Marizelia Leão Moreira (Suplente)		Presente
27. Cristiani Vieira Machado (Titular)	FIOCRUZ	Ausente
28. Ricardo de Godoi Mattos Ferreira (Suplente)		Ausente

PARTICIPANTES NÃO MEMBROS	ÓRGÃO REPRESENTADO
Adriana Macedo Marques	CGOEX/SEIDIGI/MS
Adriana Nascimento Santos Cartaxo	MS/SEIDIGI/DEMAS
Adriano Santiago Dias dos Santos	CGIIS /DATASUS /SEIDIGI
Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques	Tribunal de Contas da União
Blanda Mello	CGIIS
Dayse Karenine de Oliveira Carneiro	COINP/CGAPSTIC/DATASUS/SEIDIGI



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE INFORMAÇÃO E SAÚDE DIGITAL
DEPARTAMENTO DE SAÚDE DIGITAL E INOVAÇÃO

Ediane Moraes de Souza	MS/SEIDIGI/DESD
Glauciane Santos da Silva	CGCOIM/SESAI/MS
Guilherme Bobadilha de Salles	MS/SEIDIGI/DATASUS
Igor Oliveira Vieira	CGIIS
Jeferson da Silva Pereira	DESD/SEIDIGI
Jonas Tadeu Cau Sertorio	DESD/SEIDIGI
Laís Bié Pinto Bandeira	CGIIS/DATASUS/SEIDIGI/MS
Lara Liz Freire	CGIIS/SEIDIGI/MS
Marcos Paulo Rodrigues Nobre	CGIIS
Mariana Leal Pires	DESD/SEIDIGI/MS
Nicolas De Melo Santos	MS/SEIDIG/COINP
Olívia Ferreira Pereira de Paula	COINP/CGAPSTIC/DATASUS/SEIDIGI
Paula Xavier dos Santos	DATASUS
Raquel Adjafre	DESD/SEIDIGI/MS
Robson Willian de Melo Matos	COPIS/CGIIS/DATASUS/SEIDIGI
Sergio Araujo Correia Lima	COINP/DATASUS
Silvana G Benzecry	MS/SEIDIGI/DESD
Tarcila Barbosa da Silva	DATASUS/SEIDIGI
Vanessa Lora	CGIIS DATASUS SEIDIGI MS
Veridiana Silva Ramalho Menezes	SEIDIGI/DATASUS
Vinicius-Colonese Mrad	MS/SEIDIGI/DATASUS
Vivian Furlan de Camargo Ramos Mendonça	CGIIS/SEIDIGI/DATASUS/MS

PAUTAS

1. Abertura dos Trabalhos:

1.1. Coordenador e membros do CGSD. Boas-vindas e identificação dos membros e convidados.

2. Informes:

2.1. Meu SUS Digital (CGIIS/DATASUS)

2.2. Programa Dignidade Menstrual

2.3. Situação atual e novidades da Estratégia e-SUS AP (Rodrigo Gaete – SAPS)

2.4. Autodeclaração do nome social no Meu SUS Digital (CGIIS/DATASUS e COINP)

2.5. Proposta inicial de busca ativa para mapear iniciativas do Ministério da Saúde em forma de sistemas eletrônicos (CGIIS/DATASUS)

3. Avaliações, Monitoramentos, Aprovações e Encaminhamentos;

3.1. Aprovação da ata da 9ª Reunião Ordinária de 2023 do CGSD (DESD/SEIDIGI/MS)

3.2. Alterações do Calendário de Reuniões do CGSD de 2024 (DESD/SEIDIGI/MS)

3.3. Solicitação do CRM-DF para participar do CGSD (DESD/SEIDIGI/MS)

3.4. Status do Subcomitê e dos Grupos de Trabalho:

3.4.1. Subcomitê de Ontologia de Medicamentos (CGIIS/DATASUS/SEIDIGI/MS);

3.4.2. Subcomitê de Governança de MI/MC (CGIIS/DATASUS/SEIDIGI/MS);

3.4.3. Subcomitê Federalização da RNDS (CGIIS/DATASUS/SEIDIGI/MS);



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE INFORMAÇÃO E SAÚDE DIGITAL
DEPARTAMENTO DE SAÚDE DIGITAL E INOVAÇÃO

3.4.4. Status do Grupo de Trabalho LGPD (Adriana Marques - SEIDIGI).

4. Encaminhamentos e Sugestão de próxima pautas.

DESDOBRAMENTOS

1. Abertura dos Trabalhos:

1.1. Coordenador e membros do CGSD. Boas-vindas e identificação dos membros e convidados. O coordenador do CGSD, Dr. Cleinaldo de Almeida Costa, declarou aberta as atividades da reunião e deu boas-vindas aos participantes.

2. Informes:

2.1. Meu SUS Digital (CGIIS/DATASUS)

A palavra foi dada à Secretária Ana Estela Haddad que informou que como já foi trazido anteriormente neste Comitê, a SEIDIGI está em processo de construção e implementação do Programa SUS Digital, em parceria com CONASS e CONASEMS e cujas portarias já foram pactuadas na reunião da CIT – Comissão Intergestores Tripartite. Uma portaria institui as diretrizes do programa, outra disciplina a estratégia de telessaúde no SUS, outra trata sobre o financiamento para estados e municípios e outra institui o Laboratório de Inovação em Saúde Digital. Nesse contexto de instituição do Programa, viu-se a necessidade de fazer um alinhamento de marca, e assim, o antigo “Conecte SUS” passa a se chamar “Meus SUS Digital”, com nova logomarca.

Liz (DATASUS) apresentou o novo aplicativo “Meu SUS Digital”, resultado de um processo de inovação e atualização que vem sendo desenvolvido desde 2015. O aplicativo surge como uma evolução do antigo “Conecte SUS”, trazendo melhorias significativas e uma nova marca para refletir essas mudanças. O processo de criação do novo aplicativo envolveu pesquisas, escutas e um esforço colaborativo para entender as necessidades dos usuários e as tendências do mercado. A mudança de marca para “Meu SUS Digital” reflete essa evolução. O novo aplicativo oferece uma gama de funcionalidades aprimoradas, incluindo o acesso ao histórico de saúde do paciente, gestão pessoal da saúde, diário de saúde (com registro de glicose, pressão, etc.) e mini aplicativos. Foram destacadas as etapas do processo de desenvolvimento, desde a pesquisa inicial até a publicação nas lojas de aplicativos. Houve uma ênfase na comunicação com os usuários durante todo o processo de transição. Nova Identidade Visual: A marca “Meu SUS Digital” foi criada com base em princípios simbólicos que remetem aos cuidados com a saúde e aos pilares do SUS. O processo de construção da marca incluiu referências visuais e estudos de design. O novo aplicativo já está disponível para atualização nas lojas de aplicativos. Foi ressaltada a importância de informar os usuários sobre a mudança e incentivá-los a realizar a atualização para acessar as novas funcionalidades. A apresentação do novo aplicativo “Meu SUS Digital” foi bem recebida pelos participantes da reunião, que destacaram a importância dessa inovação para aprimorar os serviços de saúde oferecidos aos cidadãos. O lançamento do aplicativo coincide com o anúncio do programa “Dignidade Menstrual”, refletindo o compromisso do governo em ampliar o acesso aos serviços de saúde por meio de soluções digitais.

2.2. Programa Dignidade Menstrual

Bruno Baltazar (Farmácia Popular/ SECTICS /MS) apresentou o Programa Dignidade Menstrual. O programa, lançado em março do ano passado, envolve diversas ações que vão desde a educação dos agentes públicos até a distribuição de absorventes para a população mais vulnerável. Inicialmente, houve tentativas de distribuição coordenadas pela SAPS, mas por questões logísticas e dificuldades de licitação, ficou claro que o atendimento pelo programa Farmácia Popular seria mais viável. Atualmente, o programa está presente em mais de 4.600 municípios, atendendo a 95% da população brasileira. Após os trâmites necessários, foi incluída a autorização emitida pelo “Meu SUS Digital” para substituir a prescrição médica, garantindo a segurança e acessibilidade ao Programa. Foram realizadas diversas ações em parceria com os fabricantes e adaptações



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE INFORMAÇÃO E SAÚDE DIGITAL
DEPARTAMENTO DE SAÚDE DIGITAL E INOVAÇÃO

tecnológicas, incluindo atualizações no aplicativo “Meu SUS Digital” e no sistema autorizador do programa Farmácia Popular, para atender à demanda do Programa Dignidade Menstrual. A distribuição dos absorventes teve início hoje, com um público-alvo alcançando aproximadamente 24 milhões de pessoas em 4.600 municípios. A navegação no aplicativo “Meu SUS Digital” foi demonstrada, destacando a facilidade de acesso e emissão da autorização para os beneficiários do programa. Foi esclarecido que, para aqueles sem acesso digital, há orientações e apoio disponíveis nas Unidades Básicas de Saúde para emitir a autorização necessária. A discussão sobre a implementação do programa e seus fluxos alternativos foi levantada, ressaltando a importância da orientação aos usuários do SUS e a necessidade de pactuação e discussão nos fóruns específicos.

2.3. Situação atual e novidades da Estratégia e-SUS AP (Rodrigo Gaete – SAPS)

Durante o ano de 2023, o sistema e-SUS APS realizou uma série de atualizações e entregas significativas, visando aprimorar a gestão e o cuidado na Atenção Primária à Saúde (APS). Além disso, foram delineados planos para o ano de 2024, com o intuito de continuar expandindo e melhorando as funcionalidades do sistema. Principais Entregas de 2023: durante o ano de 2023, o e-SUS APS lançou duas versões importantes: a 5.1 e a 5.2. Na versão 5.1, foram introduzidas funcionalidades como o marcador de consumo alimentar, a busca ativa de vacinação e o encaminhamento externo. Essas adições foram distribuídas ao longo do ano em várias fases, visando aprimorar o acompanhamento e a assistência aos usuários da APS. Além disso, houve uma adaptação do PEC (Prontuário Eletrônico do Cidadão) para o uso de estagiários, permitindo sua inclusão no registro e estabelecendo um fluxo de validação supervisionado. A versão 5.2 trouxe melhorias significativas, como o processo de reterritorialização, que se tornou uma entrega relevante, gerando interesse e engajamento por parte dos municípios. Outras adições importantes incluíram a possibilidade de observação do cidadão, o redesign do registro tardio e o restabelecimento do CADSUS, após uma reestruturação necessária para seu funcionamento adequado. Funcionalidades como garantia do acesso, cuidado compartilhado, prescrição digital de medicamentos e videochamada também foram implementadas, proporcionando avanços na assistência e na gestão em saúde. Destaca-se ainda a finalização do processo de produção do atestado, uma melhoria aguardada e agora disponível para uso no sistema. Essa funcionalidade, que estava em fase de piloto, foi liberada para produção, representando um marco importante para os usuários do e-SUS APS. Planos para 2024: para o ano de 2024, estão previstas diversas iniciativas para continuar aprimorando o e-SUS APS e expandindo suas funcionalidades. Algumas das adaptações planejadas incluem o registro e acompanhamento de usuários com hanseníase e tuberculose, ferramentas interativas para sinalização em casos de comprometimento por hanseníase e pé diabético, e melhorias para os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Também está prevista a atualização de terminologias, com a transição do CIAP-2 para o CIAP-3 e do CID-10 para o CID-11. Além disso, será incorporado o SNOMED ao fluxo de desenvolvimento do e-SUS APS, exigindo esforços significativos para sua implementação. Outras metas para 2024 incluem a ampliação da sistematização da prática de enfermagem e do cuidado farmacêutico, a disponibilização de APIs (Interface de Programação de Aplicativo) de integração e interoperabilidade com serviços locais, a comunicação do agendamento online com o Meu SUS Digital, e a incorporação de protocolos inteligentes no sistema. Após a apresentação, foi aberto espaço para contribuições dos participantes. Nereu (CONASS) trouxe à tona a importância de esclarecer dúvidas quando a pauta consiste apenas em informes, sugerindo que a apresentação fosse incluída como ponto de discussão tanto no presente espaço quanto no Grupo de Trabalho (GT) de Informação e Saúde Digital. Destacou-se a necessidade de avaliar o conteúdo para determinar a melhor abordagem em cada espaço. Além disso, Nereu enfatizou que, ao tratar de questões relacionadas ao e-SUS APS, estas não devem ser apenas informativas, mas sim direcionadas para deliberação. Ana Estela Haddad expressou concordância de que o CGSD é um fórum adequado para se discutir tópicos quando surgem dúvidas, ressaltando que o processo colaborativo tende a aprimorar os procedimentos. Paula



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE INFORMAÇÃO E SAÚDE DIGITAL
DEPARTAMENTO DE SAÚDE DIGITAL E INOVAÇÃO

Xavier (DATASUS) relembrou uma pesquisa realizada com os usuários do Meu SUS Digital, destacando que a maior expectativa estava relacionada aos agendamentos. Sugeriu ainda que esse tema fosse discutido em outros fóruns específicos. Michael (CONASEMS) solicitou que a pauta sobre o e-SUS APS fosse tratada no âmbito do GT de Informação e Saúde Digital, conforme previsto no regimento, enfatizando que este é um espaço tripartite.

2.4. Autodeclaração do nome social no Meu SUS Digital (CGIIS/DATASUS e COINP)

Lara Liz (CGIIS) e Dayse Karenine (COINP/DATASUS) apresentaram uma continuação da deliberação feita na última reunião ordinária do ano anterior sobre a utilização do aplicativo "Meu SUS Digital" para a autodeclaração de raça/cor. Elas destacam a importância da inclusão da autodeclaração do nome social como uma nova possibilidade que contribui significativamente para a equidade. Liz explica que, com as evoluções feitas no aplicativo, o nome social agora está visível e pode ser atualizado pelo próprio usuário a qualquer momento, não dependendo mais exclusivamente da base da Receita Federal. Essa iniciativa visa privilegiar a autodeclaração do usuário e segue a mesma linha da deliberação anterior sobre a autodeclaração de raça/cor. Dayse complementa, enfatizando a importância dessa atualização e considerando-a um ganho significativo. Na discussão, Felipe Ferré (CONASS) trouxe uma questão relacionada à declaração de nomes na Receita Federal, levantando a possibilidade de as pessoas optarem por declarar ou não seus nomes, e como essa informação seria refletida no sistema do SUS. Robson Matos (DATASUS) destacou que, atualmente, as informações sobre raça/cor são obtidas do CADSUS e que, no Meu SUS Digital, haverá uma opção para edição desses dados, permitindo que sejam atualizados. Se a informação estiver em branco ou com o código 99 (indicando informação não disponível), os cidadãos poderão se autodeclarar, o que ajudará a qualificar a base de dados em relação à raça/cor. Em relação ao nome social, ele explicou que o CADSUS atualmente obtém essas informações da Receita Federal. No entanto, no Meu SUS Digital, será possível criar um nome social caso não esteja preenchido, e essa informação será refletida no cartão e poderá ser editada posteriormente. Ele ressaltou a importância da autodeclaração como chave principal para o preenchimento desse campo, considerando as limitações anteriores quando não havia interoperabilidade com a Receita Federal. Paula Xavier (DATASUS) enfatizou que a coleta de informações da base da Receita Federal é crucial, mas também destacou a importância de permitir a autodeclaração, como já ocorre em outras áreas governamentais. Ela expressou a expectativa de que o Meu SUS Digital possa alcançar mais pessoas e contribuir para a equalização dessas questões, ressaltando a oportunidade de melhorias ao longo do ano.

2.5. Proposta inicial de busca ativa para mapear iniciativas do Ministério da Saúde em forma de sistemas eletrônicos (CGIIS/DATASUS)

A pauta teve início com a apresentação da proposta inicial de busca ativa para mapear iniciativas do Ministério da Saúde em forma de sistemas eletrônicos pelo Comitê Gestor de Informação e Informática em Saúde (CGIIS/DATASUS). Paula fez a introdução, com complementos de Robson e Blanda, sem utilização de slides. Foi destacado que a equipe está em processo de revisão de todos os fluxos relacionados à entrada de demandas de ações de dados na Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS). Reconheceu-se que, apesar do processo estabelecido pelo Comitê Gestor de Saúde Digital (CGSD) e pelo subcomitê de modelo informacional e modelo computacional, a realidade muitas vezes difere do que está formalizado. Nesse sentido, a intenção é fortalecer essas instâncias e revisar os modelos e prioridades, especialmente após debates realizados ao longo do ano anterior. Destacou-se a importância de promover a celeridade nos processos, principalmente considerando as demandas levantadas pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS). Foi mencionada a realização de uma oficina interna pela equipe da CGIIS, visando mapear os problemas existentes e buscar soluções. Robson ressaltou a necessidade de atualizar as iniciativas dos sistemas eletrônicos do Ministério da Saúde para melhorar a interoperabilidade, citando o trabalho em andamento no E-Sus Linhas da Vida como exemplo positivo nesse sentido. Paula



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE INFORMAÇÃO E SAÚDE DIGITAL
DEPARTAMENTO DE SAÚDE DIGITAL E INOVAÇÃO

destacou a dimensão política dos processos técnicos, ressaltando a importância do CGSD em refletir as políticas governamentais e da área da saúde. Sugeriu a adoção de modelos já disponíveis, como os modelos canônicos do FHIR, para acelerar os processos de modelagem da RNDS. Arthur propôs incluir a Anvisa e a ANS no escopo da RNDS, visando uma maior integração e alinhamento de estratégias. Michael enfatizou a necessidade de flexibilidade na adoção de modelos de informação, destacando a importância de aproveitar informações específicas de sistemas existentes para enriquecer os dados na RNDS. Após as discussões, ficou acordado que serão realizadas oficinas para diagnosticar e propor soluções para os desafios identificados. Todos os presentes se colocaram à disposição para participar e contribuir com essas iniciativas.

3. Avaliações, Monitoramentos, Aprovações e Encaminhamentos;

3.1. Aprovação da ata da 9ª Reunião Ordinária de 2023 do CGSD (DESD/SEIDIGI/MS)

Minuta enviada em: 09/01/2024. Prazo para contribuições: 15/01/2024. Houve solicitação de uma alteração na redação do registro da fala do comitente Michael Diana (CONASEMS) no intuito de completar a informação. Ata aprovada por unanimidade pelos presentes.

Encaminhamento: Publicação na página do CGSD.

3.2. Alterações do Calendário de Reuniões do CGSD de 2024 (DESD/SEIDIGI/MS)

Apesar de aprovado o calendário de 2024 na 9ª Reunião Ordinária de 2023, houve posterior solicitação de alteração por conflito de agenda: em março (coincide com a reunião de planejamento do CONASS com participação obrigatória de todos os assessores técnicos) e em julho (coincide com o Congresso Nacional do CONASEMS em que os comitentes participam presencialmente). Portanto as novas datas são: 13/03 e 10/07. Calendário aprovado por unanimidade.

Encaminhamento: reenvio do calendário atualizado de 2024 para todos os comitentes.

3.3. Solicitação do CRM-DF para participar do CGSD (DESD/SEIDIGI/MS)

O DESD recebeu um ofício do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (nº SEI-2203/2023/CRM-DF/DIR/PRESI) em 09 de janeiro de 2024, solicitando a participação deste Conselho nas atividades do Comitê. Foi colocado em votação para aprovação ou não da participação (já que o Conselho não integra as instituições participantes previstas em Portaria que institui o CGSD – atualizada em 23 de janeiro de 2024 - PORTARIA GM/MS Nº 3.114). Artur Iuri (ANVISA) expressou que a solicitação do CRM-DF é válida, mas ponderou sobre a abertura para os 27 conselhos de medicina no país e outros conselhos de categorias profissionais. Sugeriu que, se aprovada, a participação seja da instância federal. A secretária Ana Estela Haddad ressaltou a importância de estabelecer um Fórum de Ampla Participação (FAP) para regularmente dar conhecimento e abrir um canal de interação com outras entidades. Considerou fundamental criar oportunidades periódicas para a participação e acolhimento de outras entidades que representam a área da saúde. No entanto, destacou a inviabilidade operacional de ampliar demais o CGSD. Endossou as observações de Artur Iuri acerca dos desafios inerentes aos múltiplos conselhos regionais e federais das 14 profissões de saúde, o que cria complexidades na definição de critérios para determinar a participação de cada entidade. O intuito não consiste em restringir o acesso, mas sim estabelecer oportunidades regulares em fóruns para possibilitar a participação e inclusão de outras entidades. Nereu Mansano (CONASS) corroborou com a visão de Ana Estela, reforçando a inviabilidade de abrir o CGSD para entidades externas, mesmo em nível federal. Destacou a importância de definir uma programação para reuniões regulares de fóruns ampliados, entendendo ser importante tanto para a transparência e divulgação das ações do CGSD como também para o recebimento de contribuições. Renata Costa (SGETS/MS) destacou que foi contemplada com as colocações da Secretária e do Nereu, concordando que abrir o comitê para outras entidades poderia transformá-lo em uma assembleia. Além disso, informou que a SGETS mantém uma série de agendas com conselhos de classe e expressou a disponibilidade para consultar essas entidades a fim de obter sugestões para o planejamento do Fórum de Ampla Participação. Marizelia Moreira (CONASEMS) reforçou os argumentos de Ana Estela e Nereu,



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE INFORMAÇÃO E SAÚDE DIGITAL
DEPARTAMENTO DE SAÚDE DIGITAL E INOVAÇÃO

recordando que o FAP está agendado para este ano. Ela propôs a adoção de critérios mais precisos e transparentes para avaliar as solicitações de participação que têm sido encaminhadas ao Comitê, tanto por categorias profissionais quanto por estabelecimentos de saúde, visando a inclusão consciente dessas entidades no FAP. Paula Xavier (DATASUS) propôs a inclusão de outras formas de interação, além do FAP, como canais adicionais para escuta e publicização do que é debatido no CGSD. Sugeriu incluir na pauta da próxima reunião a sistematização dessas propostas. Felipe Ferré (CONASS) resumiu os encaminhamentos: a resposta ao CRM-DF será com agradecimento ao convite, recusando a participação por ser de caráter regional, e indicando a possibilidade de contribuição por meio do FAP.

3.4. Status do Subcomitê e dos Grupos de Trabalho:

3.4.1. Subcomitê de Ontologia de Medicamentos (CGIIS/DATASUS/SEIDIGI/MS);

Finalização da atualização dos medicamentos do elenco Hórus (AMPP – 90% de conclusão); Revisão das inserções na Base realizadas por equipe do Hospital Sírio-Libanês. Reuniões: Última reunião realizada: 01/09. Próxima reunião: janeiro/24. Frequência: mensal. Participantes: SEIDIGI: DATASUS (CGIIS), DEMAS; SAES: DRAC; SECTICS: DAF, DGITIS, DESID; SVSA: DPNI; SAPS: DESF; CONASEMS; CONASS; ANVISA; ANS; SBIS.

3.4.2. Subcomitê de Governança de MI/MC (CGIIS/DATASUS/SEIDIGI/MS);

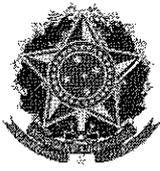
Pauta seguinte: retomada sobre a natureza e objetivo do Subcomitê e discussão do fluxo de priorização e de desenvolvimento de modelos informação/computacional. Coordenação: SEIDIGI e SAES; Participantes: CGSD e indicações técnicas. Condução: Robson Matos. Reuniões: Última reunião: 27/11/2023. Próxima reunião: janeiro/24; Frequência: quinzenal.

3.4.3. Subcomitê Federalização da RNDS (CGIIS/DATASUS/SEIDIGI/MS);

Objetivo: Garantir o acesso a Estados, Municípios e Distrito Federal, aos dados tratados, organizados e disponíveis na Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), visando ao aprimoramento da gestão em saúde com visão integrada que considere aspectos legais e normativos, de gestão e governança, e de soluções tecnológicas, de forma a diminuir as desigualdades entre os territórios.

3.4.4. Status do Grupo de Trabalho LGPD (Adriana Marques – CGOEX/SEIDIGI).

Adriana Macedo Marques (CGOEX/SEIDIGI) iniciou a apresentação, destacando as recentes modificações no objetivo do grupo, as quais foram debatidas na última reunião do CGSD. O objetivo anterior, voltado para a criação de guias orientativos para a proteção de dados no âmbito do SUS, foi revisado para refletir o verdadeiro propósito do grupo: fomentar a cultura de privacidade e proteção de dados no contexto do SUS, além de propor ações pertinentes ao CGSD. Os guias, portanto, servirão como um meio para alcançar esse objetivo, justificando a alteração proposta. Adicionalmente, foram apresentadas as intuições participantes e destacou-se que ainda não há representante SAES (ANVISA, ANS, CONASS, CONASEMS, Fiocruz, SAPS, SECTICS, SVSA, SESA, SE). Um ponto de atenção ressaltado foi a realização do 1º Encontro de Proteção de Dados no SUS, agendado para o dia 30/01/2024, das 9h às 18h, no Auditório Emílio Ribas do Ministério da Saúde. Este evento, de caráter híbrido, permitirá inscrições tanto para participação presencial quanto virtual, através do canal do YouTube do DataSUS. Durante o período de dezembro a janeiro, foram realizados um workshop presencial, uma reunião virtual em dezembro e outra em janeiro. O workshop de dezembro marcou o início do planejamento para o Encontro, visando aproveitar o Dia Internacional da Proteção de Dados, em 28 de janeiro, para conscientizar e sensibilizar a comunidade e os profissionais de saúde sobre a importância da proteção de dados e privacidade no âmbito do SUS. O Encontro está oficialmente confirmado, e a intenção é que ele tenha um alcance significativo, atingindo um amplo público-alvo. Por isso, optou-se por um formato híbrido, que possibilitará a participação online. Levando em consideração o contexto do SUS, elaborou-se um programa de capacitação que abordará os conceitos fundamentais. Este será o primeiro encontro, por isso, o foco de fornecer uma introdução abrangente sobre a importância da proteção de dados. O evento contará com a presença de atores-chave e consistirá em palestras e discussões interativas sobre o tema. Foi elaborado



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE INFORMAÇÃO E SAÚDE DIGITAL
DEPARTAMENTO DE SAÚDE DIGITAL E INOVAÇÃO

um Plano de Ações para 2024, embora ainda não haja um cronograma definido. Duas questões específicas foram abordadas, com previsão de conclusão até fevereiro: a definição dos conceitos de controlador e operador no âmbito do SUS, bem como a identificação dos encarregados de dados nas secretarias estaduais e municipais de saúde. Quanto à divulgação dessas definições e notas criadas, surgiu a dúvida sobre o formato adequado, sendo discutida a possibilidade de uma nota no âmbito do CGSD ou a existência de atos normativos/orientativos pertinentes. Nereu (CONASS) destacou a importância do contato prévio com todos os envolvidos para garantir a participação nos eventos programados, como o Encontro do dia 30 e demais atividades. Além disso, sugeriu que as orientações sobre a definição dos encarregados de dados, operador e controlador, passem também pelo GT de Informação e Saúde Digital da CIT, a fim de avaliar o melhor formato normativo, possivelmente uma resolução do CGSD ou da CIT. Foi mencionada a existência de uma Nota Técnica relacionada ao acesso a dados pessoais, elaborada por um grupo de trabalho tripartite em 2018, cujo conteúdo será analisado pela equipe. Marizelia (CONASEMS) concordou com a necessidade de avaliar a criação de obrigações, sugerindo que, se essa for a proposta, seja submetida à CIT para apreciação tripartite. Adriana reiterou que a obrigação já está prevista em lei. Encaminhamento: o GT deverá aprofundar a discussão sobre essas questões e apresentar uma proposta de pauta mais clara para o CGSD, buscando esclarecer os pontos em questão e definir os próximos passos a serem seguidos.

4. Encaminhamentos e Sugestão de próxima pautas.

Paula Xavier (DATASUS) sugere que além do FAP se faça outros canais de escuta e publicização do que é debatido no CGSD. Propõe, então, inserir como pauta da próxima reunião a tentativa de esboçar a sistematização disso.

ATA ELABORADA/REVISADA POR:

Raquel Adjafre da Costa Matos – DESD/ SEIDIGI /MS

ATA REVISADA PELOS MEMBROS NO PERÍODO DE 29/01/2024 a 05/02/2024 E APROVADA PELO COORDENADOR DO CGSD (TITULAR OU SUPLENTE) em /01/2024.

Data: 07/02/2024

Assinatura: